

**Concurso Público para provimento de vagas de  
Consultor Técnico-Legislativo  
Categoria Médico (Ambulatorial/Perito)**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C21', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA  
OBJETIVA**

**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos**

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

**Juventude de hoje, de ontem e de amanhã**

*A juventude é estranha porque é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo. Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria, de vícios e virtudes, de esperanças e desilusões. O jovem é o mais velho exemplar da humanidade. Pesa-lhe a herança dos conhecimentos acumulados; pesa-lhe o desafio do que não foi conquistado; a inadequação entre o idealismo e o egoísmo prático; pesa-lhe o inconsciente da raça, esta sessão espírita permanente, através da qual cada homem se comunica com os mortos.*

*No encontro de duas gerações, a que murcha e a que floresce, há uma irrisão dramática, um momento de culpas, apreensões e incertezas. As duas figuras se contemplam: o jovem é o passado do velho, e este é o futuro que o jovem contempla com horror. Assim, o momento desse encontro é um espelho cujas imagens o tempo deforma, sem que se desfaça, para o moço e para o velho, a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só, um homem só, uma tragédia só.*

*O poeta romântico inglês Shelley poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas: nasceu de família respeitável e rica, foi bonito, sincero, revoltado, idealista, violento, amoroso, apaixonado pela vida e pela morte, inteligente, confuso e, sobretudo, de uma sensibilidade crispada. Não era um monstro: seus atos eram a consequência lógica de suas ideias, da lealdade às suas crenças. E enquanto escrevia versos musicais, fecundados de amor cósmico, esperança e idealismo social, atirava-se feroz contra o conformismo do clero, a monarquia, as leis vigentes, o farisaísmo universal.*

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **O amor acaba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 135-136)

1. A afirmação inicial *A juventude é estranha* encontra em seguida uma justificativa quando o autor argumenta que os jovens,
  - (A) assim como os mais velhos, dão a vida passada por vivida, recusando-se a crer que ainda haja ideais a serem perseguidos.
  - (B) ao contrário dos velhos, buscam passar seu próprio tempo a limpo, livrando-o da carga pesada dos erros passados.
  - (C) incorporando valores de outros tempos, acumulam erros e acertos do passado, como se numa transmissão sobrenatural.
  - (D) rejeitando as heranças culturais disponíveis, têm a ilusão de que renovam tudo, ainda quando repitam erros do passado.
  - (E) espelhando-se em si mesmos, acabam reabilitando e nobilitando ideais que se perderam em antigos combates.

---

2. O poeta inglês Shelley, segundo o autor do texto, *poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas* porque nele
  - (A) o espírito revoltoso de um marginalizado fazia dele uma personalidade arrebatada pelos mais ferozes ressentimentos.
  - (B) a sensibilidade à flor da pele fazia com que ele se dedicasse plenamente ao culto dos mais altos ideais.
  - (C) as qualidades negativas deixavam em segundo plano as positivas, o que favorecia sua expressão romântica.
  - (D) os impulsos amorosos, idealistas e esperançosos conviviam com duras invectivas contra o que julgasse maligno.
  - (E) as intenções críticas mais contundentes acabavam sucumbindo ao lirismo e à índole mística de seu temperamento.

---

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo* (1º parágrafo) = é a humanidade velha imperando oportunamente sobre a nova.
  - (B) *Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria* (1º parágrafo) = na alternância de deslizos e acertos, magnetizam-se as gerações.
  - (C) *uma irrisão dramática, um momento de culpas* (2º parágrafo) = um drama irrisório, um instante de remorsos.
  - (D) *a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só* (2º parágrafo) = a incrível sensação de que ambas as imagens são uma única.
  - (E) *atirava-se feroz contra o conformismo do clero* (3º parágrafo) = empenhava-se bravamente no combate à resignação da classe clerical.

---

4. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
  - (A) Não parece ao autor do texto, que os mais jovens omitam experiências antigas, de sorte que as carregam nos valores aonde elas se embutem.
  - (B) Ao buscar entender os jovens – Paulo Mendes Campos, poeta e cronista, acredita que lhes caracteriza sobretudo o peso dos antecedentes.
  - (C) O cronista encontrou no poeta Shelley, uma espécie de paradigma da juventude, conquanto a representa tanto nos erros como nos acertos.
  - (D) O autor não postula a convicção de que os jovens sejam tão criativos, a ponto de se deixarem denegar das experiências mais antigas.
  - (E) O autor do texto – cronista e poeta dos bons – acredita que cada nova geração absorve as experiências das que a antecederam.



5. Há emprego de voz passiva e adequada correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Reconheçam-se na geração de hoje as experiências das gerações passadas, para que bem se compreenda a importância da transmissão dos valores.
  - (B) Não fossem as experiências dos mais velhos, cada geração haverá de contar apenas com suas intuições e sentimentos.
  - (C) Muitos jovens terão deixado de reconhecer a importância das experiências de outras gerações, mesmo que vierem a desfrutar delas.
  - (D) Ainda que muitos jovens acreditassem que nada os ligava às gerações passadas, não terão como deixar de reconhecer o respeito que lhes devem.
  - (E) Caso o comportamento de um jovem pareça monstruoso, pelo que guarda de paradoxal, é preciso considerar a força que o leva às indecisões.
- 
6. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Ao jovem (**poder**) desagradar as imagens da velhice, que ele bem sabe que o aguardam, se a vida é longa.
  - (B) O autor valeu-se das imagens dos espelhos, símbolos capazes de figurar as duplicidades a que (**costumar**) render-se a personalidade humana.
  - (C) Nunca (**dever**) contar com nossa complacência os erros em que teimosamente persistimos, apesar de já identificados no passado.
  - (D) O autor não se (**deixar**) alimentar senão por convicções pessimistas, nas suas observações acerca da natureza humana.
  - (E) Não (**haver**) de faltar aos moços alguma desconfiança, ao menos quanto à importância das experiências passadas.

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

### Uma palavra sobre cultura e Constituição

*Todas as Constituições brasileiras foram lacônicas e genéricas ao tratar das relações entre cultura e Estado. Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior. Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base cujo vetor é sempre a melhor distribuição da renda nacional. Na esfera dos bens simbólicos, esse objetivo se alcança, em primeiro e principal lugar, construindo o suporte de um sistema educacional sólido conjugado com um programa de apoio à pesquisa igualmente coeso e contínuo.*

*A sociedade brasileira não tem uma “cultura” já determinada. O Brasil é, ao mesmo tempo, um povo mestiço, com raízes indígenas, africanas, europeias e asiáticas, um país onde o ensino médio e universitário tem alcançado, em alguns setores, níveis internacionais de qualidade e um vasto território cruzado por uma rede de comunicações de massa portadora de uma indústria cultural cada vez mais presente.*

*O que se chama, portanto, de “cultura brasileira” nada tem de homogêneo ou de uniforme. A sua forma complexa e mutante resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas. Se algum valor deve presidir à ação do Poder Público no trato com a “cultura”, este não será outro que o da liberdade e o do respeito pelas manifestações espirituais as mais diversas que se vêm gestando no cotidiano do nosso povo. Em face dessa corrente de experiências e de significados tão díspares, a nossa Lei Maior deveria abster-se de propor normas incisivas, que soariam estranhas, porque exteriores à dialética das “culturas” brasileiras. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.*

(Adaptado de: BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 393-394)

7. A frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior* (1<sup>o</sup> parágrafo) é justificada pelo autor com base na sua convicção de que
- (A) o Poder Público não pode interferir em qualquer aspecto de uma cultura nacional, que deve ser espontânea e livre do alcance da Constituição.
  - (B) a sociedade brasileira, conquanto não seja homogênea, é suficientemente madura para formular as normas que devem reger sua cultura tradicional.
  - (C) a complexidade das culturas brasileiras não deve ser objeto de uma legislação que venha a abranger e determinar tão diversas manifestações.
  - (D) o Estado não pode permitir que seja lacunosa a legislação sobre matérias culturais, que deve ser rigorosa e o mais específica possível.
  - (E) a dinâmica das várias culturas existentes no país garante que não haja entre elas algum atrito que ponha em risco a impermeabilidade de cada uma.



8. Se na esfera socioeconômica cabe ao Estado propiciar uma melhor distribuição de renda, na esfera dos bens simbólicos um objetivo equivalente se alcança com
- (A) uma configuração coerente da meta educacional com o sistema financeiro.
  - (B) uma legislação escolar minuciosa com incentivos à pesquisa pura.
  - (C) um processo de integração mais coeso entre produção e consumo cultural.
  - (D) um sistema educacional voltado para a pesquisa de ponta e de longo prazo.
  - (E) um programa de educação consistente aliado à pesquisa sistemática.

9. Um mesmo posicionamento do autor está expresso e ratificado nestes dois segmentos:

- (A) *O que se chama, portanto, de "cultura brasileira" (3º parágrafo) / propor normas incisivas (3º parágrafo).*
- (B) *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio (1º parágrafo) / um certo grau de indeterminação [...] é [...] recomendável (3º parágrafo).*
- (C) *Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base (1º parágrafo) / resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas (3º parágrafo).*
- (D) *Constituições [...] foram lacônicas (1º parágrafo) / suporte de um sistema educacional sólido (1º parágrafo).*
- (E) *algum valor deve presidir à ação do Poder Público (3º parágrafo) / exteriores à dialética das culturas brasileiras (3º parágrafo).*

10. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

Numa nova redação, mantêm-se o sentido e a correção da frase acima iniciando-se por **É recomendável que** e seguindo-se com esta complementação:

- (A) ao contrário, seja aqui gradual e indeterminado o estilo de seus artigos e parágrafos.
- (B) nesse sentido, o estilo de seus artigos e parágrafos se manifeste ao contrário de uma certa indeterminação.
- (C) se dê o contrário, por aqui, cujos artigos e parágrafos tenham um estilo algo indeterminado.
- (D) estilos e parágrafos, inversamente, sejam escamoteados por um certo grau de indeterminação.
- (E) o estilo de seus artigos e parágrafos, pelo contrário, contemple aqui alguma indeterminação.

11. Observando-se a construção da frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior*, é correto afirmar que

- (A) a oração *Não creio* tem por sujeito a oração subsequente.
- (B) no caso de substituição da forma *Não creio* por **Não é crível**, o sujeito manter-se-á o mesmo.
- (C) os termos *nos textos* e *da Lei Maior* são complementos verbais.
- (D) no caso de substituição de *Não creio* por **Não tenho a convicção**, a regência seguinte passará a ser nominal.
- (E) uma forma da voz ativa equivalente a *que se deve propriamente lamentar* é **que deve ser propriamente lamentado**.

12. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) Ao comentar, em termos incisivos a relação entre cultura e Constituição o autor do texto, faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (B) Ao comentar, em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações, que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve, ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (C) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (D) Ao comentar em termos incisivos a relação, entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais, de fundamental importância, não deve ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (E) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância não deve, ainda assim, determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.

**Direito Constitucional**

13. A fim de adequar a despesa com pessoal ativo e inativo ao limite estabelecido em lei complementar federal, o Governador de determinado Estado promoveu a redução em 30% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, além de ter exonerado servidores ocupantes de cargos efetivos há menos de 3 anos em exercício. Nessa hipótese, o Governador do Estado procedeu de modo
- (A) compatível com a Constituição Federal, fazendo, no entanto, os servidores que houverem perdido os cargos nas referidas condições jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
  - (B) compatível com a Constituição Federal, considerando-se extintos os cargos objeto de redução, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.
  - (C) incompatível com a Constituição Federal apenas no que se refere aos servidores ocupantes de cargo efetivo, que farão jus à reintegração ao serviço.
  - (D) incompatível com a Constituição Federal apenas em relação aos cargos em comissão e funções de confiança, por ter extrapolado o limite estipulado constitucionalmente, sendo ainda assegurada aos ocupantes de cargo efetivo indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
  - (E) incompatível com a Constituição Federal, tanto em relação aos ocupantes de cargos em confiança, que fazem jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, quanto em relação aos ocupantes de cargo efetivo, que fazem jus à reintegração ao serviço.
- 
14. Considere que, por meio de decisões judiciais, tenham sido determinadas as seguintes providências:
- I. Suspensão das atividades de associação de torcedores de agremiação esportiva cujos dirigentes estejam envolvidos na prática reiterada de atos ilícitos.
  - II. Realização de busca e apreensão de aparelhos celulares e microcomputadores na casa de suspeito investigado pela prática de crime contra a vida.
  - III. Interceptação das comunicações telefônicas de servidores públicos supostamente envolvidos na prática de atos de improbidade administrativa, para produção de provas no curso de processo administrativo disciplinar.
- São compatíveis com a Constituição Federal APENAS as decisões judiciais referidas em
- (A) I, independentemente de trânsito em julgado; e II, vedado, neste caso, o cumprimento da determinação durante o período noturno.
  - (B) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
  - (C) II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
  - (D) I, independentemente de trânsito em julgado; e III, vedado, neste caso, porém, o empréstimo de provas para outros fins.
  - (E) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite.
- 
15. Ao término do primeiro ano de determinada legislatura, apurou-se que as Casas do Legislativo federal adotaram ou deliberaram, entre outras, sobre as seguintes medidas:
- I. Julgamento das contas anuais prestadas pelo Presidente da República.
  - II. Aprovação, após arguição pública, da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União indicado pelo Presidente da República.
  - III. Autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal.
  - IV. Extinção de Ministérios.
- À luz da Constituição Federal, são de competência do Congresso Nacional
- (A) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
  - (B) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a extinção de Ministérios; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
  - (C) a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal e a extinção de Ministérios, sujeitas ambas à sanção do Presidente da República; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
  - (D) a aprovação da escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
  - (E) o julgamento das contas do Presidente da República, a aprovação da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; a extinção de Ministérios não se insere dentre as competências das casas legislativas, sendo a deliberação respectiva incompatível com a Constituição Federal.



16. Suponha que o Tribunal de Contas do Distrito Federal apresente à Câmara Legislativa projeto de lei dispendo sobre aspectos relacionados à organização e ao funcionamento do próprio Tribunal de Contas. Aprovado por maioria de votos, presente à sessão deliberativa a maioria absoluta dos Deputados Distritais, o projeto é encaminhado para sanção do Governador do Distrito Federal que, no entanto, o veta integralmente, por contrariedade à Lei Orgânica.

Nessa hipótese, à luz das regras de processo legislativo estabelecidas na Lei Orgânica do Distrito Federal, o veto do Governador é

- (A) cabível, uma vez que se trata de matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Distrito Federal, ainda que possa ser veiculada por lei ordinária.
  - (B) cabível, uma vez que não foi atingido o quórum necessário para aprovação de lei ordinária, exigida para veicular a matéria, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
  - (C) cabível, uma vez que se trata de matéria reservada à lei complementar, a ser aprovada pelo voto da maioria absoluta dos Deputados Distritais, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
  - (D) cabível, uma vez que se trata de matéria inserida na competência do Governador para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração do Distrito Federal.
  - (E) incabível, uma vez que foram observadas as regras referentes à iniciativa, à espécie legislativa e ao quórum de aprovação respectivo, previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal.
- 
17. Determinada Secretaria do Governo do Distrito Federal recebe pedidos de cidadãos residentes em Brasília de obtenção de acesso a informações sobre a fiscalização dos recursos públicos destinados, por meio da Pasta, a organizações não governamentais, bem como sobre a relação de cargos em comissão ocupados e vagos no referido órgão. Diante do que dispõe a Lei Distrital 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal,
- (A) caberá aos interessados apresentar justificativa para o requerimento de informações referentes à relação de cargos em comissão, por se tratar de informações de caráter personalíssimo, cabendo, por outro lado, a administração informar, em prazo não superior a vinte dias, o local e o modo para se realizar a consulta aos dados referentes à fiscalização de recursos públicos destinados a organizações não governamentais.
  - (B) os requerimentos deverão ser respondidos no prazo máximo de trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade do Secretário de Estado respectivo, devendo as respostas conter informações precisas e, quando necessário, ser respaldadas com relatórios, tabelas, quadros informativos e demais documentos afetos aos questionamentos.
  - (C) as informações referentes aos cargos em comissão devem ser disponibilizadas independentemente de requerimento, ao passo que as referentes ao repasse de recursos públicos a organizações não governamentais não poderá ser fornecida antes de 5 anos, por serem classificadas pela lei como reservadas, uma vez que podem pôr em risco a condução de negociações ou relações internacionais do País.
  - (D) trata-se de informações que devem ser divulgadas independentemente de requerimento, cabendo ao órgão da Administração utilizar, para sua divulgação, sítios oficiais na Rede Mundial de Computadores – Internet, devendo ser informados aos requerentes o lugar e a forma pela qual se pode consultar, obter ou reproduzir as informações requeridas, desonerando o órgão de seu fornecimento direto, salvo se os requerentes declararem não disporem de meios para a realização de tais procedimentos.
  - (E) os pedidos, para serem atendidos, devem conter a identificação do requerente, com a indicação de nome completo, do número de qualquer documento oficial e da informação de contato, ademais de ser facultado aos interessados a inclusão de endereço eletrônico para o recebimento das informações solicitadas, sendo vedado, no entanto, serem os requerimentos formulados por menor de idade.

#### Direito Administrativo

18. Um ente federado pretende desenvolver projeto para ampliação e conservação de sua malha rodoviária, com vistas a permitir o escoamento da produção de sua indústria, propiciando desenvolvimento econômico e social com benefícios à população. Poderá fazê-lo mediante
- (A) licitação para as obras de construção da rodovia, com base na Lei nº 8.666/1993, e, após a conclusão, outro certame sob o mesmo regime, para exploração dos serviços rodoviários mediante cobrança de tarifa.
  - (B) concessão de serviço público precedida de obra pública, com a obrigação de a concessionária realizar as obras de ampliação, ficando a manutenção e conservação por conta da Administração direta, que poderá instituir pedágio como sua forma de remuneração.
  - (C) poderá licitar a contratação sob qualquer das formas legalmente admitidas, desde que explore o serviço diretamente, vedada a terceirização.
  - (D) permissão de serviço público e obra pública, outorgando ao permissionário a titularidade do referido serviço e o dever de execução da obra necessária.
  - (E) licitação para contratação de uma concessão de serviço público precedida de obra pública, cabendo à concessionária realizar a obra viária e se remunerar mediante cobrança de tarifa e, a depender do edital e contrato, por meio de receitas acessórias.



19. Diversos mecanismos de controle da Administração pública são passíveis de serem utilizados, sejam eles internos ou externos à organização administrativa. Dentre as formas de exercício do controle interno da Administração, considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999,
- (A) o recurso administrativo possibilita que os atos administrativos sejam revistos por razões de legalidade, sejam eles discricionários ou vinculados.
  - (B) o pedido de reconsideração é uma forma de submeter as decisões administrativas à instância superior para juízo revisional.
  - (C) o recurso hierárquico é a mais efetiva, porque enseja análise por autoridade superior, diferentemente dos demais recursos.
  - (D) a revisão de ofício só pode ter lugar nos atos discricionários, eis que admitem mais de um exame de conveniência e oportunidade.
  - (E) a interposição de recurso impede o exercício do juízo de reconsideração pela autoridade que proferiu o ato, sendo imperiosa a submissão à autoridade superior.

20. A Administração pública de determinado ente federado celebrou regularmente, com base na Lei nº 8.666/1993, contrato de prestação de serviços de manutenção em informática, para as máquinas de marcas e modelos previamente indicados, instaladas nas repartições indicadas. Nessa hipótese,
- (A) a contratação pode ter se dado mediante inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a natureza dos serviços contratados inviabiliza a instauração de competição entre potenciais interessados.
  - (B) houve irregularidade na licitação, sendo vedada a indicação de marca e modelo dos bens objetos da contratação, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
  - (C) o ajuste pode ter sido firmado mediante dispensa de licitação, pois a contratação de serviços de informática é uma das hipóteses legais de dispensa de licitação.
  - (D) pode ter sido realizada licitação na modalidade concorrência para a contratação dos serviços, estes que por serem executados de forma contínua poderão ter o contrato prorrogado sucessivamente, por iguais períodos, não ultrapassando sessenta meses.
  - (E) a contratação foi precedida de concorrência, por se tratar de hipótese que expressamente exige tal modalidade licitatória, aplicando-se ao contrato a limitação temporal da vigência do crédito orçamentário.

21. Em contrato de construção de uma unidade prisional regido pela Lei nº 8.666/1993 assistem às partes, Administração pública e contratada, direitos e obrigações pertinentes ao objeto da avença, tais como:
- (A) à Administração pública é autorizada a edição de atos unilaterais que produzam efeitos na execução contratual, bem como na relação contratual com os funcionários e prestadores de serviço da contratada, como expressão de seu poder hierárquico.
  - (B) à contratada é facultado suspender a execução do contrato diante do descumprimento, pela Administração pública, de qualquer cláusula contratual, desde que a mora seja superior a 60 dias.
  - (C) a incidência do poder de polícia administrativo para autorizar a limitação de direitos contratualmente assegurados, prescindindo, nesse caso, de indenização, em razão da excepcionalidade das medidas.
  - (D) a possibilidade da contratada recusar alterações contratuais quantitativas que impliquem supressão do objeto superior a 25% do valor do contrato.
  - (E) a incidência do poder disciplinar sobre as relações contratuais, permitindo que a Administração pública imponha alterações contratuais quantitativas e qualitativas, majorando ou suprimindo o objeto em até 50% de seu valor, preservado seu o equilíbrio econômico financeiro.

#### Processo Legislativo

22. A Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, disciplina a redação, alteração e consolidação das leis no Distrito Federal. A respeito da articulação das leis, dispõe que
- (A) o número é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional da alínea e, como unidade complementar de articulação, é sempre dependente da alínea.
  - (B) o parágrafo é a unidade complementar de articulação que expressa os pormenores necessários à apreensão do sentido do artigo ou as circunstâncias que ampliem ou restrinjam sua intenção, podendo o parágrafo subsistir sem a presença do *caput* do artigo em caso de veto parcial.
  - (C) havendo apenas um inciso, será ele designado pela expressão "Inciso único", seguida de ponto, e, havendo mais de um, serão eles numerados em algarismo romano, seguido de travessão.
  - (D) a alínea é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional do parágrafo, e é indicada por letra minúscula, seguida do sinal ").
  - (E) o sentido oracional do parágrafo deve ser completo, não podendo ser complementado por outras unidades de articulação.



23. No âmbito do Distrito Federal, durante a tramitação de projeto de lei,
- (A) poderão ser apresentadas emendas aglutinativas, substitutivas e modificativas, mas não são admitidas emendas supressivas.
  - (B) a proposição de emendas compete exclusivamente aos membros da Câmara Legislativa, conforme dispuser seu Regimento Interno.
  - (C) o *quorum* é a exigência de número mínimo de Deputados Distritais, presentes à sessão da Câmara Legislativa para discussão ou deliberação das matérias objeto de lei.
  - (D) a sanção ou veto apresentados pelo Governador em relação a projeto de lei podem ser retratados, desde que dentro do prazo de 15 dias úteis do qual dispõe o Governador para sanção ou veto.
  - (E) o projeto de lei será aprovado ainda que o número de abstenções ou votos em branco for igual ou superior ao número de votos favoráveis.

24. A respeito das emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos e considerada aprovada se obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Legislativa.
- II. A emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo Governador do Distrito Federal, com o respectivo número de ordem.
- III. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e estado de calamidade pública.
- IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, III e IV.

25. O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe, a respeito das proposições, o que se afirma em:

- (A) Uma vez apresentadas, só poderão ser retiradas a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa.
- (B) São automaticamente arquivadas, caso se encontrem em tramitação, há três legislaturas.
- (C) Se houver mais de um subscritor, a autoria da proposição é de todos que a subscreverem, ou do primeiro signatário, se as demais assinaturas forem de simples apoio.
- (D) Os projetos de lei complementar, de lei, de resolução e de decreto legislativo destinam-se a dispor sobre matérias para as quais se exige a sanção do Governador.
- (E) Compete a qualquer membro da Câmara Legislativa a autoria de requerimento de convocação de sessão legislativa extraordinária, em caso de urgência ou interesse público relevante.

26. A respeito da discussão e da votação, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, é correto afirmar:

- (A) A proposição com discussão encerrada na legislatura anterior não pode ter a discussão reaberta para receber novas emendas.
- (B) O Deputado Distrital que usar a palavra na discussão não pode desviar-se da questão em debate.
- (C) As deliberações da Câmara Legislativa serão tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário do Regimento Interno ou da Lei Orgânica do Distrito Federal.
- (D) Não é admitido o processo simbólico de votação.
- (E) Em caso de empate nas votações ostensivas, deve ser realizada uma nova votação, até que se dê o desempate.

#### Realidade do Distrito Federal

27. De acordo com seu sistema tributário, ao Distrito Federal compete

- (A) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de impostos.
- (B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, em conformidade com suas respectivas ocupações profissionais.
- (C) cobrar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços da União, estados e municípios, nos termos da Constituição.
- (D) utilizar impostos e taxas com efeito de confisco, conforme dispõe o Código Civil.
- (E) aplicar os impostos reservados aos estados e municípios cumulativamente, nos termos da Constituição.

28. No *Mapa das unidades hidrográficas do Distrito Federal*, elaborado em 1994 pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, estão definidas três grandes bacias hidrográficas de referência – Paraná, São Francisco e Tocantins/Araguaia –, subdivididas em outras sete, considerando os seus principais rios. Pertencem à do Paraná, pelo mapa, as bacias

- (A) dos rios São Bartolomeu, Descoberto e Corumbá.
- (B) do Lago Paranoá e dos rios Preto e São Marcos.
- (C) dos rios São Bartolomeu, São Marcos e Maranhão.
- (D) dos rios Corumbá, Preto e Descoberto.
- (E) dos rios Descoberto, Maranhão e São Bartolomeu.





## Língua Estrangeira: Inglês

**Instrução:** Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi por **LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS**.

**Atenção:** Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

### S.3036 - Keep Families Together Act

115th Congress (2017-2018)

**BILL** Hide Overview ✕

**Sponsor:** [Sen. Feinstein, Dianne \[D-CA\]](#) (Introduced 06/07/2018)

**Committees:** Senate - Judiciary

**Latest Action:** Senate - 06/07/2018 Read twice and referred to the Committee on the Judiciary. ([All Actions](#))

**Tracker:**

Introduced

Passed Senate

Passed House

To President

Became Law

### Keep Families Together Act

*This bill prohibits an agent or contractor of the Department of Homeland Security, the Department of Justice, or the Department of Health and Human Services from removing a child who is under the age of 18 and has no permanent immigration status from his or her parent or legal guardian at or near the port of entry or within 100 miles of the U.S. border unless:*

- *an authorized state court determines that it is in the child's best interests to be removed;*
- *a state or county child welfare official with expertise in child trauma and development determines that it is in the child's best interests to be removed because of abuse or neglect; or*
- *the Chief Patrol Agent or the Area Port Director authorizes separation based on a documented finding that the child is a trafficking victim or is at significant risk of becoming a victim, a strong likelihood exists that the adult is not the parent or legal guardian, or the child is in danger of abuse or neglect.*

*An agency may not remove a child from a parent or legal guardian solely for the policy goals of deterring migration to the United States or of promoting immigration law compliance.*

*The bill sets forth presumptions: (1) in favor of family and sibling unity and parental rights, and (2) that detention is not in the best interests of families and children.*

*The Government Accountability Office shall conduct a study of the prosecution of asylum seekers.*

(Adapted from: <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/3036>)

29. O projeto de lei de que trata o texto

- (A) foi aprovado pelo Senado em junho de 2018.
- (B) foi encaminhado ao Comitê do Judiciário em junho de 2018.
- (C) foi apresentado por uma senadora republicana.
- (D) visa diminuir o fluxo migratório para os Estados Unidos.
- (E) objetiva reforçar o controle nas fronteiras dos Estados Unidos.

30. De acordo com o projeto de lei apresentado,

- (A) a detenção pode ser a melhor solução no caso de crianças suspeitas de serem vítimas de tráfico.
- (B) os direitos dos pais e a união familiar devem prevalecer em qualquer circunstância.
- (C) nenhum indivíduo menor de idade deve ser separado de seus pais, mesmo sob suspeita de que o adulto acompanhante não seja seu genitor.
- (D) abuso ou negligência por parte dos pais configura situação que justifica a criança ser separada deles.
- (E) uma criança só pode ser separada dos pais em caso de violação da lei da imigração.

**Língua Estrangeira: Espanhol**

**Instrução:** Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi **LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPANHOL**.

**Atenção:** Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

COMISIONES UNIDAS DE TRABAJO Y HACIENDA INICIARON DEBATE DE REAJUSTE A INGRESO MÍNIMO MENSUAL

Publicado el 07 de agosto del 2018



*La iniciativa que aumenta de \$276.000 a \$283.500 el monto del ingreso mínimo mensual espera ser votada en la jornada de este miércoles 8 de agosto para, posteriormente, ser analizada en la sesión de Sala del lunes 13 de agosto.*

*Según explicita el Gobierno en el mensaje -dado a conocer en la Cuenta de la Sala de la Cámara esta mañana-, se buscó dar certidumbre a trabajadores y empleadores respecto a un parámetro tan relevante como el ingreso mínimo, razón por la cual se sugiere un reajuste plurianual.*

*El análisis partió con la exposición del ministro de Hacienda, Felipe Larraín, quien entregó antecedentes sobre los beneficios y potenciales costos de esta implementación. Su exposición fue luego complementada por la intervención del ministro del Trabajo, Nicolás Monckeberg, quien consideró favorable la posibilidad de avanzar hacia un sistema plurianual.*

*El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".*

*Ante el grupo parlamentario y el Ejecutivo, Bárbara Figueroa, presidenta de la CUT, mantuvo su oposición a la propuesta del Gobierno y remarcó que el tema no solo implica un asunto de "cifras", sino que de una realidad que afecta a un grupo importante de trabajadores para los cuales este ingreso termina siendo insuficiente.*

*Durante el debate, los parlamentarios expresaron variadas opiniones sobre la iniciativa en trámite, marcándose en general un apoyo de parte del oficialismo a la política del Gobierno, aunque con algunas observaciones; mientras que la oposición se expresó contraria a la propuesta.*

*Para el diputado Patricio Melero (UDI), que integra tanto la comisión de Hacienda como la de Trabajo, la plurianualidad permitirá una economía más planificada.*

*En tanto, el diputado Manuel Monsalve (PS) llamó al gobierno a ser claro con las políticas de salario mínimo.*

*El proyecto de reajuste del ingreso mínimo mensual continuará su debate este miércoles 8 de agosto y espera ser votado en Sala el lunes 13 de agosto.*

(Disponível em: [https://www.camara.cl/prensa/noticias\\_detalle.aspx?prmId=134799](https://www.camara.cl/prensa/noticias_detalle.aspx?prmId=134799))

29. En el siguiente fragmento del texto: "El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".", la expresión "no es antojadiza" puede ser sustituida por:

- (A) "no es partidaria"
- (B) "no es caprichosa"
- (C) "no es molesta"
- (D) "no es antagónica"
- (E) "no es intolerante"

30. Según el texto podemos afirmar que:

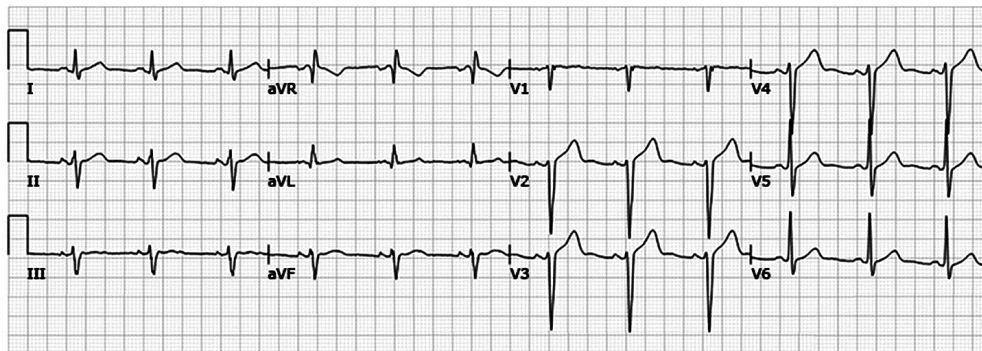
- (A) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la oposición, el ministro de Hacienda y el ministro del Trabajo.
- (B) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, el ministro del Trabajo y la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores.
- (C) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, el ministro de Hacienda y el diputado Patricio Melero.
- (D) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, la oposición y el diputado Manuel Monsalve.
- (E) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores y el diputado Manuel Monsalve.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Acidente vascular encefálico é uma emergência médica e a tomada de decisões nas primeiras horas é crucial para o tratamento e prognóstico. Na fase hiperaguda o exame de escolha para confirmar ou excluir hemorragia é
- (A) tomografia computadorizada sem contraste.
  - (B) ressonância nuclear magnética com gadolínio.
  - (C) *Doppler* transcraniano.
  - (D) ressonância nuclear magnética sem contraste.
  - (E) tomografia computadorizada com contraste iodado.
- 
32. O reconhecimento da encefalopatia hepática é importante, visto tratar-se de grave disfunção neuropsiquiátrica reversível. É um achado mais específico para seu diagnóstico
- (A) tremores generalizados, agitação e alucinações visuais.
  - (B) melhora clínica com medidas que diminuem a produção e absorção de amônia.
  - (C) a presença de asterix (*flapping*) ao exame físico.
  - (D) melhora rápida e parcial com administração de glicose e tiamina IV.
  - (E) déficit de atenção de instalação aguda, com desorientação temporoespacial e hiperatividade, geralmente com euforia.
- 
33. Uma mulher de 30 anos, na vigésima segunda semana de gestação, sem histórico de hipertensão, passa a apresentar aumento da pressão arterial, detectada nas consultas de pré-natal, atingindo  $156 \times 100$  mmHg. A paciente está assintomática, sem edemas, com função renal preservada, análise da urina normal e sem alteração de transaminases e de plaquetas. Dentre as opções de tratamento medicamentoso CONTRAINDICA-SE o uso de
- (A) alfa-metildopa.
  - (B) bloqueadores beta-adrenérgicos.
  - (C) clonidina.
  - (D) bloqueadores de canal de cálcio.
  - (E) inibidores da enzima de conversão da angiotensina.
- 
34. Um homem de 30 anos ingere, com propósito suicida, uma grande quantidade de um produto de limpeza contendo metanol. Após 1 hora apresenta diminuição da acuidade visual, dor abdominal, náuseas, vômitos e rebaixamento do nível de consciência. Nesse tipo de intoxicação é esperado que ocorra
- (A) acidose metabólica grave.
  - (B) hipoglicemia aguda intensa.
  - (C) hepatopatia aguda grave.
  - (D) alcalose respiratória grave.
  - (E) aumento acentuado dos níveis de lactato arterial.
- 
35. Um homem de 33 anos, previamente hígido, procura o pronto-socorro com dor intensa de instalação aguda no flanco direito, com irradiação para a região do testículo ipsilateral e urina escura há 2 horas. Diante da suspeita de cólica renal o exame de imagem preferencialmente indicado é
- (A) tomografia computadorizada de abdome, com contraste endovenoso.
  - (B) ressonância nuclear magnética de abdome, com gadolínio.
  - (C) tomografia computadorizada de abdome e pélvis, sem contraste.
  - (D) urografia excretora.
  - (E) ultrassonografia de abdome total.
- 
36. Uma mulher de 39 anos, sem antecedentes mórbidos, apresenta-se no pronto-socorro com queixa de dor torácica. Faz uso de anticoncepcional oral. O exame clínico mostra uma paciente ansiosa, taquipneica, com saturação de oxigênio de 94%, com pulso rítmico de 98 bat/min, e PA  $144 \times 78$  mmHg; o ECG e radiografia de tórax são normais. O médico suspeita de tromboembolismo pulmonar (TEP) e solicita dosagem de D-dímero. O resultado pode ser útil nessa paciente, uma vez que é sabido que esse exame
- (A) quando normal, efetivamente exclui o diagnóstico de TEP em todos os pacientes.
  - (B) tem alta sensibilidade e especificidade para o diagnóstico de trombose venosa profunda e consequentemente de TEP.
  - (C) com qualquer valor acima de 500 ng/mL é indicativo de TEP.
  - (D) quando normal tem alto valor preditivo negativo.
  - (E) quando acima de 800 ng/mL a possibilidade de TEP é maior que 80%.



37. Uma mulher de 69 anos, sedentária, tabagista e obesa, com histórico de tratamento de hipertensão arterial há 20 anos e uso de metformina e glicemipirida há 12 anos, com acompanhamento médico precário, procura uma unidade de pronto atendimento com queixa de dor retroesternal e precordial intensa há 4 horas, com irradiação para a mandíbula. Nos últimos 30 minutos apresenta náusea e sudorese fria. Está hemodinamicamente estável e tem o ECG abaixo:



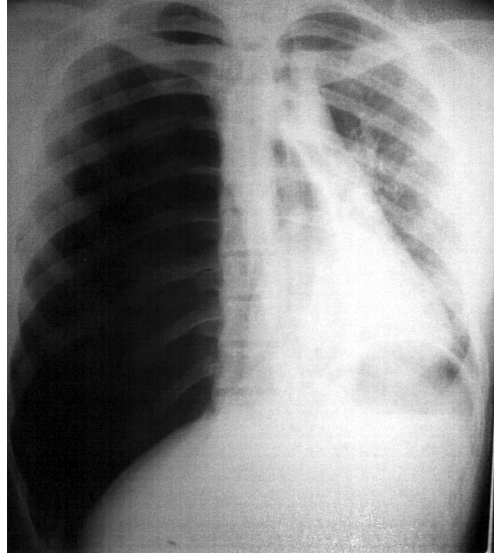
A dosagem de ureia, creatinina, Na, K, hemograma e RNI são normais, com elevação de troponina e CK-MB. NÃO é recomendada, como parte da terapêutica inicial, a utilização de

- (A) metoprolol.  
(B) enoxaparina.  
(C) ácido acetilsalicílico.  
(D) estreptoquinase.  
(E) nitroglicerina.
- 
38. Na estratégia de aconselhamento de pacientes com asma severa o médico deve ter em mente que, baseando-se em achados clínicos e patológicos, em cerca de 80% das mortes causadas por asma, os sintomas
- (A) se iniciam à noite, de forma severa com agravamento em poucas horas.  
(B) se instalam de forma abrupta e severa em menos de 6 horas.  
(C) se instalam de forma aguda e não respondem às inalações repetidas com beta-agonistas levando a arritmias cardíacas fatais.  
(D) ocorrem de forma contínua, lenta e progressiva por 2 meses ou mais.  
(E) são progressivos por mais de 12 horas e frequentemente por uma semana ou mais.
- 
39. Três pacientes atendidos em uma unidade de pronto atendimento apresentam pressão arterial de  $184 \times 122$  mmHg:
- I. mulher na 26ª semana de gestação, com cefaleia, sem história de hipertensão antes da gravidez.  
II. mulher de 59 anos, com queixa de disúria, sem outros sintomas ou achados de exame físico.  
III. homem de 58 anos com cefaleia e escotomas, sem história de hipertensão ou migrânea.
- Tratamento com nitruressiato IV, visando a diminuição rápida da pressão arterial está indicado para
- (A) a paciente I, apenas.  
(B) o paciente III, apenas.  
(C) os pacientes I e III apenas.  
(D) os pacientes I, II e III.  
(E) a paciente II, apenas.
- 
40. Colite aguda causada por uma bactéria anaeróbica, Gram positiva, produtora de toxinas pode demandar antibioticoterapia urgente e geralmente está associada a
- (A) quimioterapia utilizada no tratamento de câncer colorretal.  
(B) doença de Crohn.  
(C) uso de antibióticos.  
(D) radioterapia de órgãos pélvicos.  
(E) retocolite ulcerativa.
- 
41. Os dados sobre efeitos protetores de medicações sobre a incidência de câncer colorretal são mais consistentes com o uso de
- (A) estatinas.  
(B) ácido acetilsalicílico.  
(C) bisfosfonados.  
(D) suplementos antioxidantes.  
(E) inibidores de angiotensina II.



42. Um homem de 33 anos, com antecedente de nefrolitíase, procura o pronto-socorro com dor aguda, lancinante no flanco esquerdo, com irradiação para fossa ilíaca e canal inguinal do mesmo lado, há 1 hora. Um exame de urina é solicitado e são administrados cetoprofeno e dipirona IV. Alguns minutos depois, o paciente passa a apresentar rash eritematoso difuso, taquicardia e respiração acelerada com estridor laríngeo. O tratamento de escolha deve ser a administração imediata de
- (A) epinefrina no subcutâneo.
  - (B) infusão IV contínua de soro fisiológico com epinefrina 1 mcg/ml na velocidade de 1 mcg/min.
  - (C) pulso de corticoesteroide seguido de epinefrina IV.
  - (D) difenidramina e corticoesteroide IV.
  - (E) epinefrina intramuscular.

43. Homem de 50 anos é vítima de atropelamento. A radiografia de tórax é mostrada abaixo. Durante a avaliação clínica apresenta parada cardiorrespiratória (PCR).



Pelos dados apresentados é mais provável

	Diagnóstico	PCR em
A	Pneumotórax hipertensivo	atividade elétrica sem pulso
B	Pneumotórax hipertensivo	fibrilação ventricular
C	Hemotórax	atividade elétrica sem pulso
D	Hemotórax	fibrilação ventricular
E	Tamponamento cardíaco	fibrilação ventricular

44. São cálculos decorrentes de infecção do trato urinário. Predominam em mulheres, associam-se a bactérias produtoras de urease que elevam pH urinário.

O texto acima refere-se a cálculos de

- (A) citrato.
- (B) cálcio.
- (C) ácido úrico.
- (D) estruvita.
- (E) cistina.

45. Pacientes submetidos a transfusão de concentrado de hemácias são divididos em 2 grupos

**Grupo I:** reação transfusional hemolítica aguda.

**Grupo II:** reação transfusional hemolítica tardia.

São características destes casos

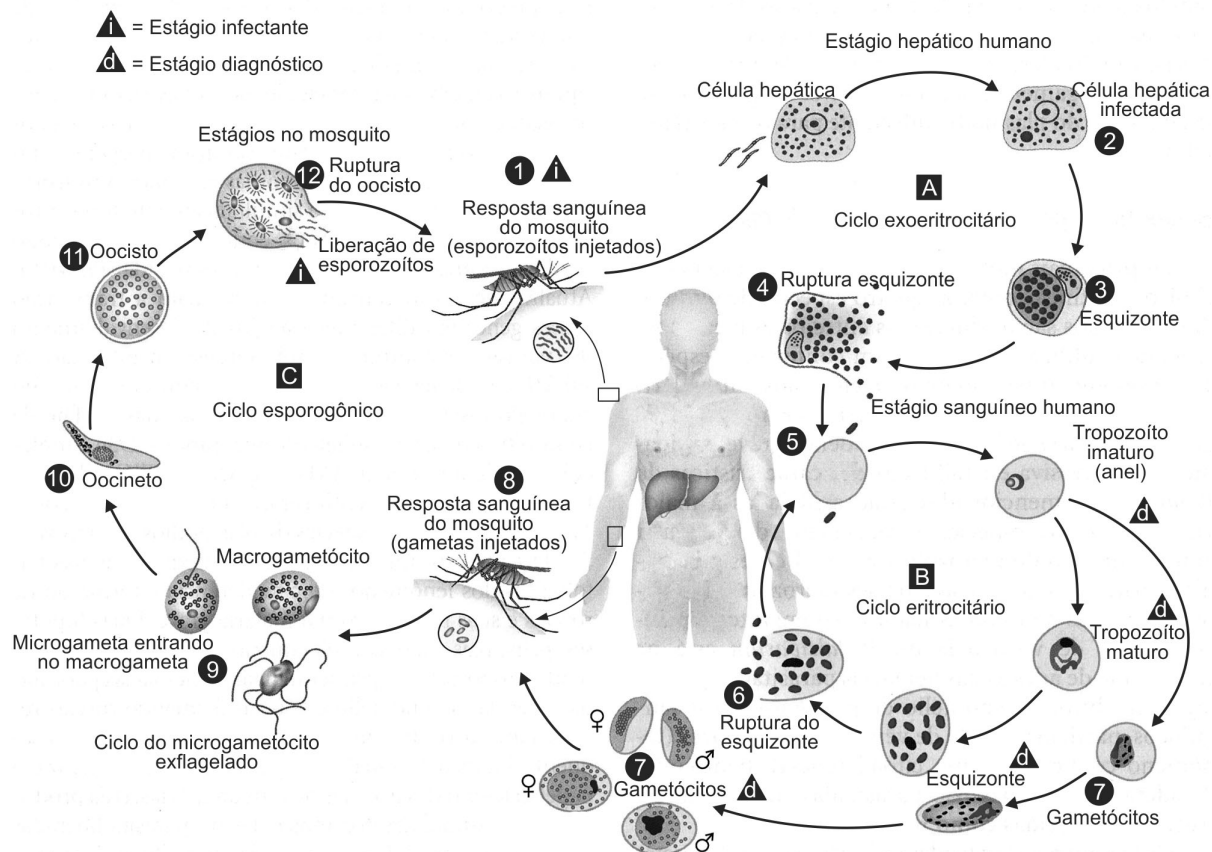
		Grupo I	Grupo II
A	Tipo de hemólise	intravasular	extravasular
B	Gravidade	++	++++
C	Sintomas	assintomático	ansiedade, dispneia
D	Sistema antigênico	Rh	ABO
E	Ocorrência	dias após transfusão	semanas após transfusão



46. Das drogas abaixo, as que com maior probabilidade se associam à síndrome de Stevens-Johnson são

- (A) Hidroclorotiazida e atenolol.
- (B) Macrolídeo e captopril.
- (C) Alopurinol e sulfonamida.
- (D) Ibuprofeno e insulina.
- (E) Carbamazepina e verapamil.

47. Paciente de 37 anos apresenta infecção cujo ciclo biológico está abaixo esquematizado. O quadro é grave, já que apresenta anemia intensa, comprometimento do estado de consciência, hipoglicemia, convulsões e edema pulmonar.



A terapêutica etiológica mais indicada é

- (A) Sulfadiazina + pirimetamina.
- (B) Ganciclovir + prednisona.
- (C) Praziquantel + ivermectina.
- (D) Artesunato + clindamicina.
- (E) Interferon + ribavirina.

48. São endocrinopatias que predisõem ou precipitam estado hiperglicêmico hiperosmolar:

- (A) Acromegalia, hipopituitarismo e tireotoxicose.
- (B) Hipopituitarismo, hipotireoidismo e doença de Addison.
- (C) Acromegalia, hipotireoidismo e doença de Cushing.
- (D) Hipopituitarismo, tireotoxicose e doença de Addison.
- (E) Acromegalia, tireotoxicose e doença de Cushing.

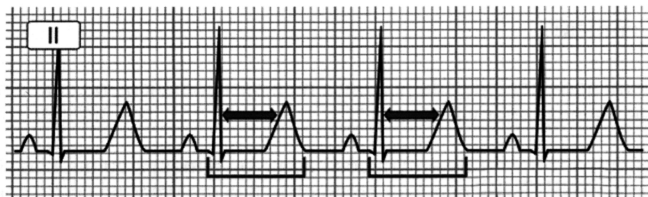
49. A hipercalemia é o distúrbio eletrolítico mais grave na insuficiência renal. A forma mais rápida de avaliação deste quadro é por intermédio do eletrocardiograma, que poderá mostrar, EXCETO

- (A) Onda T pontiaguda e simétrica.
- (B) Onda U.
- (C) Alargamento do complexo QRS.
- (D) Achatamento ou desaparecimento da Onda P.
- (E) Aumento do intervalo PR.



50. Considere dois pacientes com distúrbio do cálcio sérico e que apresentam o eletrocardiograma abaixo

**Paciente 1**



QT<sub>c</sub> 537 ms

**Paciente 2**



QT<sub>c</sub> 285 ms

São características clínicas e/ou etiológicas destes indivíduos

	Paciente 1	Paciente 2
A	sinal de Chvostek	mieloma múltiplo
B	sinal de Trousseau	tetania
C	hidroclorotiazida	hiperparatireoidismo
D	sarcoidose	poliúria
E	intoxicação por vitamina D	dor abdominal

51. Considere um paciente vítima de traumatismo cranioencefálico. São medidas clínicas para tratamento de hipertensão intracraniana, EXCETO

- (A) Infundir manitol intravenoso.
- (B) Elevar dorso do leito a 30° com plano horizontal.
- (C) Manter paciente em alinhamento neutro, evitando flexões, extensões e movimentos laterais cervico-cranianos.
- (D) Manter pCO<sub>2</sub> inferior a 25 mmHg.
- (E) Utilizar barbitúricos como tiopental.

52. Bicarbonato de sódio 8,4% intravenoso para manter pH sérico superior a 7,50 é conduta para intoxicação por

- (A) carbonato de lítio.
- (B) carbamato.
- (C) antidepressivo tricíclico.
- (D) opioides.
- (E) cocaína.

53. Mulher de 50 anos apresenta síndrome paraneoplásica caracterizada por obesidade centrípeta, estrias violáceas, hipertensão, facies cushingoide e ACTH extremamente elevado. O câncer mais provável é

- (A) tumor carcinoide broncogênico.
- (B) carcinoma pulmonar de pequenas células.
- (C) adenocarcinoma de colón.
- (D) adenocarcinoma de ovário.
- (E) adenocarcinoma de pâncreas.

54. Num caso de fibrilação ventricular refratária a choque + choque + epinefrina + choque, a próxima conduta é

- (A) atropina.
- (B) epinefrina.
- (C) norepinefrina.
- (D) adenosina.
- (E) amiodarona.

55. O documento médico-legal pode ser elaborado no exercício da profissão médica em decorrência de exigência legal. Em relação ao laudo pericial, é correto afirmar:

- (A) A descrição pericial deve ser realizada de forma clara, pormenorizada e metódica, não devendo conter hipóteses ou suposições.
- (B) O conteúdo do histórico é de responsabilidade do médico perito, visto que os dados informados pelo periciado foram previamente cancelados pela autoridade judicial.
- (C) As respostas aos quesitos são apresentadas na qualificação do médico perito ou no preâmbulo, permitindo a conclusão do laudo pericial de forma antecipada.
- (D) Na conclusão o médico perito deve transcrever o conteúdo dos atestados médicos apresentados durante a perícia médica para permitir a apresentação pormenorizada das hipóteses diagnósticas.
- (E) Nas perícias cíveis, o médico perito deve versar sobre questões de mérito de competência do juiz, visto que o magistrado não tem a expertise técnica em Medicina.



56. Segundo a Resolução Normativa (RN) nº 428 de 07 de novembro de 2017, publicada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS),
- (A) a cobertura assistencial de que trata o plano-referência indica que as operadoras de saúde devem arcar com o fornecimento de próteses, órteses e seus acessórios em qualquer situação.
  - (B) prótese é entendida como qualquer material permanente ou transitório cuja colocação dependa de ato médico em centro cirúrgico.
  - (C) as operadoras de saúde são automaticamente obrigadas a fornecer medicamentos e produtos para a saúde importados não nacionalizados.
  - (D) órtese é entendida como qualquer material permanente ou transitório que auxilie as funções de um membro, órgão ou tecido.
  - (E) no plano-referência, o paciente deverá ser ressarcido pela operadora de saúde se tiver custos referentes a tratamento cirúrgico eletivo realizado no exterior.
- 
57. A conta hospitalar fornece ao auditor informações referentes à assistência prestada. Na conta médica hospitalar, entende-se que
- (A) o Serviço Auxiliar de Medicina Assistencial consiste nos exames de imagem e de medicina nuclear.
  - (B) a conta parcial é um documento apresentado referente à cobrança dos exames realizados pelo paciente antes do ato cirúrgico.
  - (C) a conta final é aquela feita durante a internação hospitalar ao final de cada semana de internação.
  - (D) o uso de equipamentos e instrumental cirúrgico, via de regra, estão inclusos na diária cirúrgica.
  - (E) o auditor deverá verificar se o que consta na conta hospitalar é o que está registrado no prontuário do paciente.
- 
58. A auditoria em saúde tem como uma de suas finalidades ampliar ações em saúde com adequação dos recursos. Em relação aos modelos de pagamentos na área da saúde, afirma-se que o modelo
- (A) de pagamento por unidade de serviço é aquele em que o prestador executa o procedimento e, posteriormente, recebe os valores correspondentes ao consumo.
  - (B) por comissão só pode ser estabelecido após 3 meses de contrato e pagamento por consumo, sendo feito com base na média dos pagamentos realizados nesses 3 meses iniciais.
  - (C) por captação remunera de acordo com a quantidade de recursos alocados para tratamento de determinada doença ou atendimento em uma especialidade médica.
  - (D) por orçamento histórico é aquele em que há um orçamento pré-determinado para os próximos 12 meses de contrato.
  - (E) por desempenho é semelhante ao por captação, devendo ser utilizado conforme sejam cumpridas metas pré-estabelecidas, que são elaboradas pelos profissionais com nível superior em Administração.
- 
59. Em relação ao uso de órteses, próteses e materiais especiais (OPME), analise as assertivas abaixo.
- I. As OPMEs que são ligadas a procedimentos cirúrgicos cobertos no Rol de Procedimentos têm cobertura obrigatória para implante e retirada.
  - II. As OPMEs registradas e regularizadas pela ANVISA são de cobertura obrigatória, desde que estejam ligadas a procedimentos cirúrgicos cobertos.
  - III. As OPMEs relacionadas a procedimentos considerados experimentais têm cobertura obrigatória.
  - IV. As OPMEs relacionadas a procedimentos estéticos são de cobertura obrigatória.
  - V. As OPMEs não relacionadas ao ato cirúrgico não têm cobertura obrigatória.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
  - (B) I, III e V.
  - (C) I, II e V.
  - (D) III, IV e V.
  - (E) II, III e IV.
- 
60. Homem, 72 anos de idade, acamado devido à fratura de fêmur com tratamento conservador devido às condições clínicas, tem indicação de alta hospitalar com *home care*. Entretanto, a família deseja que ele permaneça internado e move um processo judicial contra a operadora, sendo requisitada perícia médica hospitalar pelo juiz. As partes indicaram assistentes técnicos, mas apesar de serem avisados com a devida antecedência, eles não compareceram à perícia médica. Após a juntada do laudo do perito judicial concluindo favoravelmente pela condição de alta hospitalar com *home care*, o assistente técnico dos reclamantes elaborou documento discordante do perito judicial, que é protocolado nos autos. O documento elaborado por esse assistente técnico é o
- (A) Relatório médico-legal.
  - (B) Parecer médico-legal.
  - (C) Auto médico-legal.
  - (D) Atestado médico.
  - (E) Laudo médico-legal.